

# Metaficção Historiográfica em **Desmundo**, de Ana Miranda

Ana Carolina Negrão Berlim de Andrade\*

Gislaine da Silva Feitosa\*\*

## Resumo

Neste trabalho, analisa-se a relação estabelecida entre a História e a Literatura na obra **Desmundo**. O romance, uma metaficção historiográfica, reconta criticamente um momento histórico da colonização brasileira, mas pela voz dos esquecidos, nesse caso, de mulheres. O objetivo deste artigo é analisar a revisão crítica da história que é operada por meio da perspectiva da narradora-protagonista Oribela, ou seja, a partir da visão de uma figura “excêntrica”. Tendo em vista que apenas o ponto de vista dos portugueses foi apresentado oficialmente na História, a perspectiva de Oribela ajuda a “preencher” as lacunas deixadas pela história oficial. Desse modo, os discursos da narradora-protagonista Oribela ora reproduzem, ora entram em embate com os discursos oficiais, constituindo uma intertextualidade com os enunciados históricos, além de representarem outras vozes ideológicas, fato que edifica a sua própria narração.

Palavras-chave: Literatura brasileira contemporânea; literatura e história; dialogismo; polifonia; intertextualidade.

## Historiographic Metafiction in Ana Miranda’s **Desmundo**

### Abstract

This paper analyses the relation between history and literature in *Desmundo* (1996). The novel, a historiographic metafiction, retells critically a historical moment of Brazilian colonization, but through the forgotten voices, in this case, women’s. The paper’s objective is to analyze the critical revision of history created through Oribela’s, protagonist and narrator, perspective, in other words, through an eccentric figure. Having in mind that only the Portuguese colonizers’ point of view was officially presented in history, Oribela’s perspective helps to “fill” the gaps left out by the official history. Therefore, the narrator-protagonist Oribela’s discourses now reproduce, now fight the official discourses, constituting an intertext with the historical discourses, besides representing other ideological voices. This process constitutes her narration.

Keywords: Contemporary Brazilian Literature; Literature and History; Dialogism; Polyphony; Intertextuality

Recebido em: 15/03/2022 // Aceito em: 07/09/2022.

\* Universidade Regional do Cariri/Missão Velha. Professora do curso de licenciatura em Letras da URCA e professora permanente do PPGL/URCA. Doutora em Estudos Literários pela UNESP/Araraquara. <https://orcid.org/0000-0001-5848-3314>.

\*\* Universidade Regional do Cariri/Missão Velha. Professora da E.M.E.F. JOÃO RODRIGUES DE AMORIM e da E.M.E.F. JOSÉ GENUINO/NAPOLEÃO NÓBREGA – Patos-PB. Licenciada em Letras pela URCA, onde desenvolveu pesquisa de Iniciação Científica com bolsa PIBIC. <https://orcid.org/0000-0002-3511-461X>.

## 1 Introdução

Neste trabalho, temos como *corpus* a obra **Desmundo** (1996), da autora brasileira Ana Miranda. A obra se vincula a uma vertente comum ao pós-modernismo, a saber, a metaficção historiográfica que problematiza os discursos históricos considerados oficiais, questionando-os e dando chance às vozes que foram silenciadas na História. Linda Hutcheon (1991) chama essas vozes de excêntricas, por terem permanecido às margens desses discursos históricos. Assim, problematizamos a relação entre a História e a Literatura, dado que a obra **Desmundo** (1996), de Ana Miranda reconta criticamente um momento histórico, a colonização brasileira, mas pela voz dos esquecidos, nesse caso, de mulheres, tendo em vista que apenas o ponto de vista dos portugueses foi apresentado oficialmente na História.

Nossa metodologia será a bibliográfica, tendo como aporte teórico Linda Hutcheon e o seu texto **Poética do pós-modernismo** (1991), Antônio Esteves com seu texto **O romance histórico brasileiro contemporâneo** (2010), Karla Vivianne Oliveira Santos com o seu artigo científico “Mulheres no Brasil colonial: metaficção, violência e subalternidade em *Desmundo*, de Ana Miranda” (2019), os conceitos de dialogismo e polifonia, estabelecidas pelo teórico Mikhail Bakhtin em seu texto **Problemas da poética de Dostoiévski** (2013) e Vera Lúcia Pires com o artigo científico intitulado “Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin” (2002). Esses autores nos fornecem um aporte teórico para a problematização da relação entre a história e a literatura, como também sobre a conceituação de metaficção historiográfica e excêntrica, conceitos importantes para a análise do *corpus* deste trabalho.

Nosso objetivo é compreender as relações mantidas entre literatura e a história e, especificamente, analisar como a obra **Desmundo** (1996), de Ana Miranda se constrói a partir da intertextualidade com textos historiográficos, representando a história do Brasil colonial ficcionalmente e com um viés crítico. Analisaremos essa revisão crítica por meio da perspectiva da narradora-protagonista Oribela, ou seja, a partir da visão de uma figura “excêntrica”, de modo a “preencher” as lacunas deixadas pela história oficial.

## 2 História e Literatura

A História e a Literatura sempre caminharam lado a lado, porém:

A partir da segunda metade do século XX, é quase consenso generalizado que a história e a literatura têm algo em comum: ambas são constituídas de material discursivo, permeado pela organização subjetiva da realidade feita por cada falante, o que produz infinita proliferação de discursos. (ESTEVES, 2010, p. 17).

Nesse sentido, surgem questionamentos sobre essas duas ciências, especialmente trazendo a importante questão de como os dois discursos são propensos à subjetividade. Sendo a História e a Literatura duas ciências, foi designada a cada uma função específica ao longo do tempo: à História foi designada a função de registrar os acontecimentos históricos que ocorreram, por isso, atribui-se a essa ciência um certo compromisso com a verdade. Por outro lado, à Literatura foi designada a função da ficção, ou seja, histórias inventadas, possuindo apenas uma verossimilhança com a realidade (SANTOS, 2019).

Logo, coube à Literatura uma definição subjetiva, isto é, ela seria mais propensa à imaginação, aquilo que não é real, mas inventado, enquanto a História possuiria um lado mais objetivo, mais

racional, em suas narrativas históricas. No entanto, entende-se que os mecanismos de construções narrativas das duas ciências são muito parecidos e, tanto a construção dos registros históricos, quanto os textos literários, são constructos humanos. Por isso, começa-se a questionar se o discurso histórico é tão imparcial como se pensava.

Ao contrário do ficcionista que inventa as suas histórias, o historiador encontra e interpreta os acontecimentos a partir de sua ideologia e visão de mundo. Por isso, esses discursos históricos estariam propensos à parcialidade do historiador, pois não haveria uma espécie de neutralidade em seus discursos, porque seriam motivados por suas ideologias e crenças, podendo manipular os registros oficiais de acordo com seus próprios interesses políticos, econômicos, religiosos, sociais ou culturais.

Segundo Linda Hutcheon (1991), a consciência pós-modernista pensa historicamente os acontecimentos do passado, mas de forma crítica e contextual. Isto porque, por conta da subjetividade da História e a parcialidade do historiador, muita coisa deixou de ser relatada nos documentos, como também perspectivas divergentes não tiveram espaço nas narrativas históricas oficiais, fazendo com essas fossem conduzidas por meio de visões únicas e uma ideologia considerada “certa” e universal. Sendo assim, o intuito desse “repensar” histórico não é negar o conhecimento que já foi adquirido e revelado, mas contestar se só há a possibilidade de conhecer o passado a partir desses documentos históricos (HUTCHEON, 1991).

A perspectiva oficial e homogênea que permeou nossa história por muitos séculos é confrontada a uma ideologia pós-moderna de pluralidade de discursos, perspectivas e de reconhecimento das diversidades socioculturais e existentes na nossa sociedade. Dessa forma, para cada momento histórico, existem diversas possibilidades e muitas formas de se chegar a verdades e, embora os textos literários sejam, em suma, ficcionais, a literatura faz uso da história oficial para uma reflexão sobre o que já foi dito e o que ficou de fora das narrativas históricas consideradas oficiais. Tendo em vista que:

A literatura, enfim, trabalha o reino da ambiguidade. Suas verdades são sempre subjetivas: verdades pela metade, verdades relativas que nem sempre estão de acordo com a história. Nesse sentido, a recomposição do passado que a literatura faz é quase sempre falsa, se a julgamos em termos de objetividade histórica. Não há dúvidas de que a verdade literária é uma e a verdade histórica é outra. No entanto, embora recheada de mentiras – e talvez por isso mesmo –, a literatura conta histórias que a história escrita pelos historiadores não sabe, não quer ou não pode contar. Os exageros da literatura servem para expressar verdades profundas e inquietantes que só dessa forma poderiam vir à luz. Só a literatura [...] dispõe das técnicas e poderes para destilar esse delicado elixir da vida: a verdade que se esconde nos corações humanos. (ESTEVEVES, 2010, p. 20).

O fato é que a Literatura, em sua forma subjetiva, abre espaço para reflexões e interpretações sobre os fatos históricos que menciona em suas obras, fazendo com que haja uma polêmica ao sugerir certas “verdades” que não foram mostradas, como também ao mostrar outros ângulos, outro lado daquela história sendo narrada. Dessa forma, a Literatura insere uma série de questionamentos em seus textos, fazendo com que a História oficial seja contestada, mesmo que de uma forma ficcional e considerada subjetiva. Ou seja, mesmo que a literatura seja considerada ficcional, imaginária, é por meio da ficção que verdades podem ser reveladas.

Tendo em vista que o ser humano não é a origem de seus pensamentos ou ideias, sempre haverá uma relação com textos, discursos ou pensamentos anteriores que lhe foram contados ou mostrados, isto é, nada é inédito, porque qualquer coisa que pensamos ou falamos mantém relação com algo que alguém já falou. Na literatura, esse procedimento é chamado de intertextualidade, conceito que ganhou força a partir do século XX e que refere ao processo de algum texto de ficção se remeter a outro texto, seja fictício, seja histórico.

Esse termo, proposto por Julia Kristeva (1974) a partir dos conceitos de Bakhtin, se comunica com o conceito de dialogismo, também de autoria do teórico russo. Isso porque o dialogismo ocorre como uma manifestação da “interação” entre sujeitos, a relação com o outro. Cada sujeito possui um repertório a partir do qual se dá o embate e a negociação de sujeitos com suas visões de mundo. Segundo Pires (2002), Bakhtin considera a linguagem uma prática social e essa interação com o outro é primordial para o processo dialógico, pois esse diálogo abre espaço para esses encontros de opiniões e visões de mundo diferentes:

Ao veicular concepções de mundo, a linguagem torna-se um lugar de confrontos ideológicos. A **palavra é o fenômeno ideológico por excelência**, pois carrega uma carga de valores culturais que expressam as divergências de opiniões e as contradições da sociedade, tornando-se assim um **palco de conflitos**. Ela, no entanto, não pertence a ninguém, estando a serviço de qualquer ser humano e de qualquer juízo de valor. (PIRES, 2002, p. 37, grifo do autor).

A esses dois conceitos, soma-se um terceiro, isto é, o conceito de polifonia, cunhado por Bakhtin a partir de seus estudos sobre a obra do escritor russo Fiodór Dostoiévski (BAKHTIN, 2013). O termo é utilizado para abordar a existência, em um romance, de várias vozes que irão dialogar entre si, com ideologias diferentes, convicções diferentes, repertórios e vidas sociais diferentes. Portanto, a polifonia é um procedimento que representa o “embate” de vozes que ocorrerá na interação por meio da linguagem, “conversando” com o conceito de dialogismo, em que o discurso é o meio em que ocorre essa interação, e com o de intertextualidade, isto é, a menção em uma obra, explícita ou não, de outros textos.

Como afirmamos anteriormente, a metaficção historiográfica não irá aceitar o senso comum para distinguir o fato histórico da ficção e questionará os discursos históricos, trazendo novas perspectivas e “visões de mundo”, fato que se relaciona com os conceitos de polifonia, dialogismo e intertextualidade, já que traz para debate essas vozes que se relacionam com outros textos na sua interação e a noção de que os discursos não são originais, mas dialogam uns com os outros.

A partir desses procedimentos, o texto dará lugar à uma pluralidade de discursos que serão a essência do texto, conseqüentemente, as vozes marginalizadas ganharão o seu espaço para confrontar as ideologias universais que permearam a nossa História oficial. Segundo Linda Hutcheon (1991):

Quando o centro começa a dar lugar às margens, quando a universalização totalizante começa a desconstruir a si mesma, a complexidade das contradições que existem dentro das convenções – como, por exemplo, as de gênero – começam a ficar visíveis (Derrida 1980; Hassan 1986). A homogeneização cultural também revela suas rachaduras, mas a heterogeneidade reivindicada como contrapartida a essa cultura totalizante (mesmo que pluralizante) não assume a forma de um conjunto de sujeitos fixos (cf. Russell 1985, 239), mas, em vez disso, é concebida como um fluxo de identidades contextualizadas: contextualizadas por gênero, classe, raça, identidade étnica, preferência sexual, educação, função social, etc. Conforme veremos em breve, essa afirmação da identidade por meio da diferença e da especificidade é uma constante no pensamento pós-moderno. (HUTCHEON, 1991, p. 86).

Nesse sentido, a metaficção historiográfica surge como uma forma que permite a essas vozes excêntricas um espaço de fala. Podemos também chamá-las de minorias, ou de vozes marginalizadas, termo que se origina justamente na oposição entre margens e centros dominantes. Essas figuras marginalizadas são os negros, os pobres, os homossexuais, as mulheres, ou seja, figuras silenciadas por grupos dominantes, os quais estabeleceram um padrão do que é certo e errado de acordo com os próprios paradigmas.

A obra **Desmundo** (1996), da autora cearense Ana Miranda, é uma metaficção historiográfica, pois faz uma releitura ficcional da colonização no Brasil, especificamente, em relação à exploração

das terras, dos escravos e dos nativos pelos portugueses. Nesse sentido, a obra reescreve a História pela perspectiva da narradora-protagonista Oribela. A protagonista em questão é uma órfã enviada ao Brasil, junto com outras, com a finalidade de se casar com os colonizadores portugueses já instalados no país, uma vez que, na terra invadida, a maioria das mulheres era composta por nativas e negras, faltando, segundo a ideologia racista e sexista vigente, mulheres brancas, portuguesas e cristãs para casarem-se com os colonos.

A premissa da obra se constrói a partir da carta histórica que, no século XVI, por volta de 1552, o padre Manoel da Nóbrega envia ao rei de Portugal, D. João, pedindo o envio dessas jovens portuguesas com o intuito de impedir a miscigenação e controlar as raças. Essa carta é transcrita logo no início da obra, servindo de “prefácio” à narrativa ficcional e direcionando a sua leitura:

A' El Rei D. João

(1552)

JESUS

Já que escrevi a Vossa Alteza a falta que nesta terra ha de mulheres, com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos peccados, em que agora vivem, mande Vossa Alteza muitas orphãs, e si não houver muitas, venham de mistura dellas e quaesquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas, cá, que quaesquer farão cá muito bem à terra, e ellas se ganharão, e os homens de cá aparte-se-hão do peccado. (MIRANDA, 1996, p. 7).

Pires (2002), seguindo o pensamento de Bakhtin, diz que, quando há o diálogo entre discursos em um enunciado, é produzido um tecido de vozes, ou textos que irão se relacionar e entrar em embate nessa interação dialógica (PIRES, 2002), que é o que ocorre com essa premissa da obra, pois, por se tratar de um intertexto com as cartas históricas sobre a colonização, fornece uma das ideologias com as quais Oribela irá dialogar durante a obra.

Como já afirmamos, a história é narrada por Oribela, uma das órfãs enviadas por Portugal em resposta à carta de Nóbrega, que, uma vez casada, é vítima de estupros por parte do marido, fazendo com que ela tente fugir repetidas vezes, sendo sempre encontrada. Diante das tentativas de fuga da “esposa”, Francisco de Albuquerque se torna cada vez mais violento, torturando-a e prendendo-a para que ela não fuja mais. Oribela sofre, portanto, vários tipos de violência: psíquica, física e sexual. Todas, no entanto, são, em algum grau, legitimadas pelas estruturas política e religiosa do período, como a própria carta de Nóbrega indicia. A primeira violência a qual ela é submetida, por exemplo, é infligida pela Igreja e pelo Estado, responsáveis pelo seu exílio e casamento involuntários.

Além disso, as violências sofridas por Oribela são ocasionadas pela sua condição de mulher, mas também pela natureza dos colonos portugueses, a quem essas órfãs, jovens e virgens, eram entregues. Dentre esses, muitos eram degredados, os rejeitados por Portugal que, nas novas terras, encontravam seu domínio sobre os povos que ali habitavam.

Além de citado por Oribela, esse fato consta nos registros históricos, tais como a carta de Pero Vaz de Caminha, o qual relata ao rei que deixou alguns degredados no Brasil, com o intuito de futuramente catequizar o povo nativo, possuidor de uma cultura divergente da portuguesa e “isento” de religião. Portanto, segundo a perspectiva portuguesa, os nativos estavam errados e “disponíveis” à dominação cultural, religiosa e linguística. Vejamos os trechos da carta de Caminha que abordam essas questões:

Creio, Senhor, que com estes dois degredados ficam mais dois grumetes, que esta noite se saíram desta nau no esquife, fugidos para terra. Não vieram mais. E cremos que ficarão aqui, porque de manhã, prazendo a Deus, fazemos daqui nossa partida. [...] E, segundo que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmos, por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar

ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, pelos dois degredados, que aqui entre eles ficam, os quais, ambos, hoje também comungaram. (CAMINHA, 1963, p. 10).

Assim, Caminha aconselha o rei a investir na catequização da terra, porque o seu objetivo oficial era “salvar” as almas dos nativos. É importante destacar que o encontro entre os nativos e os portugueses gerou um violento choque cultural, também abordado na obra de Miranda. Ou seja, quando os portugueses chegam em terras brasileiras, se deparam com povos totalmente diferentes deles em todos os aspectos, do físico ao espiritual, além da linguagem, o que os levou a serem considerados povos inferiores. Sendo assim, houve a dominação, sobretudo a partir da catequização, que tinha como objetivo ensinar aos nativos às percepções e ideologias dos portugueses. Não que os nativos não tivessem as suas próprias crenças, mas, sim, porque os colonizadores não quiseram reconhecer a cultura e a religião desses povos como parte deles.

Desse modo, ao catequizar esses povos, quiseram “amansá-los” apagando suas crenças, suas práticas e saberes já adquiridos, para impor suas próprias ideologias com o intuito de dominação religiosa e linguística agregando o aspecto cultural e político. De acordo com Nascimento (2019) “as línguas não são neutras e são sempre atravessadas por processos de poder, como os próprios sujeitos [...]”. Assim, a língua original dos indígenas sofreu um apagamento, pois, quando a língua é politizada, ela tem cor e raça (NASCIMENTO, 2019).

Tendo em vista ser uma metaficção historiográfica, a obra se baseia em intertextos da história da colonização para promover a sua ficção literária, em torno dos pressupostos ideológicos acima mencionados e que funcionam como “pano de fundo” discursivo fundamental para sua estruturação, como percebemos neste excerto, que, sob o viés da narração da personagem Oribela, revela relações mantidas entre História e Literatura:

E se disse ter a nau mais de quatrocentas pessoas, sem contar escravos, uns tantos que ficavam nas terras do Brasil, outros que seguiam às Índias, para onde iam uns viciosos, que antes se metiam lá os fidalgos para fazer suas mercas e ficar muito ricos, mas agora eram ladrões, chatins cabiçosos que lá iam fazer coisas feias e torpes, as almas penadas e os que queriam fornicar as mulheres com desonestidades, matar, saquear casas, que estavam às Índias perdidas para nós, por isso diziam estar o rei tão afeiçoado ao Brasil e querendo dar salvamento a esta terra por umas linhas que passavam aqui e ali. (MIRANDA, 1996 p. 22).

Primeiramente, nesse “relato”, explicita-se que as naus saíam de Portugal repletas de degredados para outros países, ou pessoas consideradas de classe inferior, além de perigosos, que o rei não queria mais em terras portuguesas, destacando Índia e Brasil. Em relação ao Brasil, podemos entender que o conselho que Pero Vaz de Caminha dá em sua carta ao rei de Portugal é atendido, pois logo são enviados homens com a finalidade de dominar as terras e os nativos.

Sendo assim, ao longo da obra, percebemos que os colonizadores que vieram para o Brasil não são melhores do que os que foram para as Índias, ao contrário do que a citação acima sugere. Um exemplo é o homem que se torna o marido de Oribela, chamado Francisco de Albuquerque, que, como já afirmamos, subjuga a esposa e outras pessoas consideradas inferiores. Ao chegar às terras brasileiras, Francisco se torna fazendeiro, conseguindo terras e escravos livremente, além de mulheres, sobre os quais pode exercer indiscriminadamente o seu domínio.

Nesse sentido, há um trecho interessante em que a protagonista Oribela faz uma crítica aos colonizadores, revelando como viviam e o que faziam naquelas terras:

Como poderia Deus ouvir e amar as bestas más, os ladrões, os matadores e as serpentes de tentação? E os luxuriosos e os bêbados? Porque todos pecamos e mais pecamos numa terra assim distante por haver turbações maiores e à míngua e sentirmos ainda mais a substância de nosso corpo não solamente pelo ventre mas por todos estarmos negligentes de nosso próprio amo e de nossa própria vida e muitas coisas contrárias e desvairadas dentro do coração [...] (MIRANDA, 1996, p. 37).

Podemos perceber que existe uma crítica da parte da narradora-protagonista nesse trecho, porque, ao chegar às terras a que foi destinada, Oribela percebe que os cristãos instalados não estavam vivendo segundo o que a igreja pregava; sendo assim, ela questiona como Deus podia amar os colonizadores por viverem daquele jeito, sem serem exemplos para ninguém, vivendo de forma “depravada”. Consequentemente, a personagem também se manifesta preconceituosa, porque, em sua perspectiva, mediada pelas ideologias portuguesas, o Brasil é considerado parcialmente determinante de comportamentos – negativos, no caso.

### 3 As mulheres em **Desmundo**

Podemos perceber que a condição feminina na época da colonização era extremamente difícil e limitada. A mulher era vista como objeto para a procriação e/ou para o prazer masculino, sobretudo no caso das africanas escravizadas, cujos corpos negros eram fetichizados. Além disso, as mulheres não tinham voz, pois tinham que ser submissas ao marido e deviam obediência a ele. Consequentemente, na nossa História, as mulheres são vistas como minorias e excêntricas, raramente aparecendo como foco central. No entanto, como vimos, o pós-modernismo irá problematizar essa questão e, a partir da metaficção historiográfica, a arte passará a ser descentralizada, ou seja, a tirar um pouco o foco das figuras dominantes para dar espaço às figuras dominadas, como é o caso das mulheres.

Nesse sentido, vejamos o que Oribela, figura excêntrica, marginalizada, relata, durante a narrativa, sobre a sua condição como mulher, bem como também sobre a condição das escravas e das nativas, que eram chamadas de “naturais” pelos portugueses:

Há homem que se gaba de jamais ter pousado as vistas no rosto de uma mulher. Se sou desse modo, Deus perdoe. Mas não foi quem criou? Por que para entender o pecado? Nada mais que um saco em que se fazem crianças. Guardar a lei natural. Nem tão sem serventia, assim como querem fazer crer, nem tão o oposto, como crera eu. (MIRANDA, 1996, p. 24).

Podemos perceber que, nesse trecho, Oribela questiona a importância da mulher na sociedade da época, pois eram tratadas como inferiores e tinham que viver à mercê da política e da religião dos homens, os quais detinham o poder e determinavam o destino delas. Do mesmo modo como acontecia com os nativos e os povos escravizados, qualquer homem, independentemente de sua índole, ainda era considerado melhor do que uma mulher. Nesse trecho, percebemos claramente esse fato, além de percebermos também a convivência de valores divergentes, o que nos remete aos conceitos de Bakhtin: de um lado, percebemos a ideologia dominante, que não atribui valor à mulher, com a qual a protagonista dialoga. De outro, Oribela defendendo, como ela mesma diz, o oposto, ainda que reconheça que, talvez, a valorização da mulher devesse ficar entre esses dois polos valorativos. Ou seja, o discurso de Oribela contém outras vozes além da sua própria, outros textos com os quais ela estabelece relações.

Por ser mulher e órfã, Oribela se tornava destinada ao casamento, de modo que ela foi tirada de um mosteiro, onde era feliz, para ser obrigada a se casar com um dos colonos, servi-lo e procriar, pois essa era a “lei natural”, assim como permanecer casta e pura. Sendo assim, o relato de Oribela

vem quebrar a “naturalidade” dessas “leis”, explicitando o caráter desumano a que eram submetidas as mulheres e questionando a realidade em que eram obrigadas a viver. Em boa parte, essa ruptura com a naturalidade de comportamentos e crenças se dá a partir do choque entre os discursos oficiais, dominantes, e o discurso de Oribela, haja vista que Oribela é uma mulher à frente do seu tempo, tendo valores próximos aos nossos.

Nesse contexto, percebemos, portanto, o conceito de polifonia, ou seja, vozes que manifestam valores ideológicos divergentes dos discursos da narradora-personagem Oribela e da ideologia portuguesa dominante, os quais, durante a obra, irão dialogar entre si e entrar em embate. Portanto, “[estabelece-se], assim, um relacionamento dialógico de sentidos entre enunciados confrontados.” (PIRES, 2002).

Tendo em vista que a enunciação estabelecida na obra é realizada por meio de diálogos discursivos entre sujeitos, Oribela apresenta o confronto de relações ideológicas, como podemos verificar pelas vozes de mulheres que são apresentadas pela narradora-protagonista. Uma dessas vozes representadas é a da Velha, uma degredada. Enquanto estava no mosteiro, Oribela relata que a Velha se confessava muitas vezes com ela, como podemos perceber neste trecho:

E fizera ela a confissão, como se padre fora eu, que dissera ela ser eu mais pura que qualquer padre, no que não acreditara eu, conhecendo meu coração. Ela se confessava não para padre, mas para Deus, com quem se entendia a seus pés. Era esposa de Deus e mãe dos órfãos e só acreditava em outra existência ao se fechar os olhos e sonhar. Mas não no convento. (MIRANDA, 1996, p. 87).

Percebemos que a fala de Oribela é tecida junto, ou a partir, da fala da Velha, que, nesse excerto, também manifesta o seu descontentamento com a ideologia dominante, sobretudo porque essa personagem é constantemente silenciada, sendo amordaçada pelos padres por “falar demais”. Nesse sentido, ao relatar as conversas com a Velha, Oribela acaba, por meio de sua narração, dando-lhe voz.

Enquanto estava nas terras colonizadas, a Velha discordava das regras estabelecidas pela religião, sendo inclusive torturada por isso. Podemos pensar também que, por ter um *status* considerado melhor do que o das órfãs, nativas e escravas, ela se ressentia por ser punida como qualquer outra mulher julgada como inferior. A Velha era designada para “preparar” as meninas com lições, como, por exemplo, sobre a importância da castidade, uma questão importante naquele tempo, em que a mulher era destinada a servir os maridos, a ser submissa e a preservar a sua virgindade:

Ide, meninas, lavar essas carinhas de ladrilho feitas e os olhos de betume, que a juventude lhes faz muita vantagem, davante, antes que venham as unhas de um ladrão, que laranjeiras são para se colher laranjas assim como órfãs são para casar, guardai vossa virtude entre muralhas de pedra, meninas, antes que venham as unhas de um ladrão a vossas pérolas. (MIRANDA, 1996, p. 24).

Percebemos nesse trecho, que a Velha ensina sobre a importância de permanecerem virgens, considerada uma virtude essencial, de serem boas para os maridos e como se comportar depois de casadas. Além disso, a beleza feminina é colocada como uma vantagem, mas, mesmo assim, a mulher continua desvalorizada, afinal, a beleza as caracteriza como objetos, e não como sujeitos. Ademais, nesse trecho, percebemos novamente a polifonia, pois há a relação de várias vozes que dialogam entre si: a voz da própria narradora e a da personagem chamada Velha. Destacamos que esta última, apesar da sua revolta com algumas regras sociais, perpetua paradoxalmente a ideologia vigente, de modo que o seu discurso é marcado por camadas, refletindo ou refratando os discursos oficiais. Ou seja, quando a Velha manifesta o próprio descontentamento, esse é marcado pelo confronto com discursos implícitos da tradição, em segundo plano. No entanto, ao assumir a posição de “tutora” das órfãs, o discurso oficial é colocado em primeiro plano, assumido como sendo próprio.

Neste trecho, verificamos, novamente, as ideologias que relegavam a mulher a um papel de inferioridade: “[...] mulheres são mau agouro, em oceanos, fêmeas são baús cheios de pedras muito grandes e pesados, sem serventia nem a ratos a não ser turbar as vistas, nausear as tripas, alevantar as mãos em súplicas e trombetear por causa alguma, só pelo prazer, feito os demos.” (MIRANDA, 1996, p. 14). Nele trecho, percebemos que Oribela reproduz as ideias vigentes da época, praticamente transcrevendo as expressões utilizadas para descrever as mulheres. Essas não eram “apenas” inferiores, mas tratadas como se nada fossem, sem serventia nem para ratos, e comparadas ao demônio, já que induziriam à sensualidade e ao pecado. Desse modo, a situação da mulher era de humilhação e tortura, pois não eram consideradas sujeitos, assim como os nativos e os escravos que estavam estabelecidos nas terras.

Outro exemplo de degradação feminina na história é representado pela Dona Urraca, que vivia no mosteiro e era maltratada porque seus pais, mesmo ricos, tinham sido judeus. Novamente, percebemos que Oribela reproduz, amalgamada em seu discurso, falas alheias, do senso comum: “No mosteiro pregavam contra dona Urraca e ela ouvia em lágrimas, assassina de Jesus, filha de gente sem rei nem terra [...]” (MIRANDA, 1996, p. 91).

Percebemos que tanto dona Urraca quanto a Velha, que eram do mosteiro, foram enviadas para o Brasil por serem consideradas inferiores, degredadas por seus “pecados” do passado, ou por aqueles de seus pais, o que entendemos como crítica ao fanatismo religioso, pois a Igreja tinha o poder, na época, de ditar regras, possuindo muita influência na vida dos cristãos. Essa influência é percebida nos discursos a partir do qual as ideologias são difundidas. Esses discursos são amplamente abordados na obra, ainda que implicitamente, constituindo um dos polos com os quais Oribela dialoga e a partir do qual se relaciona com o seu próprio contexto, tendo em vista que a escolha do interlocutor do enunciado é condicionada pelo seu contexto histórico social, pois essa escolha irá refletir em seu sentido (PIRES, 2002).

Ao visitar a Velha, já no Brasil, Oribela descobre a situação das órfãs que, assim como ela, foram destinadas a casamentos forçados, dentre estas, se destaca e dona Bernardinha, uma órfã lésbica que, desde que se casou, sofre punições do marido por sua homossexualidade. Vejamos, no seguinte trecho, como foi relatada a situação da órfã:

[...] quebrava seus ossos aquele que a devia acariciar e bêbado a desnudava, lançava pela porta afora, desgraçando a pobre com seus brutos intentos de esposo e em altas vozes, sua mulher lhe parecia macha, querendo mostrar que era a ela forçado a amar e com ela vivia contra ciência, não sendo nem por feitiços vencido, que recitava aos berros de cabra. (MIRANDA, 1996, p. 134).

Percebemos que a órfã sofria todo tipo de violência, tanto física, quanto verbal, além de ser humilhada constantemente e publicamente por ser homossexual. Nesse trecho, encontramos um discurso indireto livre, exemplificado especialmente pela palavra “macha”, que indica a representação de um discurso alheio, no qual percebemos valores divergentes em relação aos de Oribela, com os quais entram em conflito.

Há também outros relatos sobre a condição de dona Bernardinha e das demais órfãs, mas podemos entender, sobretudo por meio dos discursos imbricados na fala de Oribela, que a vida naquelas terras não era fácil nem para as próprias portuguesas que ali chegaram. A forma de tratamento entre homem e mulher fica ainda mais nítida na obra quando a dona Bernardinha é punida severamente por matar o marido em legítima defesa, enquanto nada acontece com o colonizador Francisco de Albuquerque ao matar a própria mãe em um momento de fúria.

Por conseguinte, se as portuguesas eram tratadas como inferiores pelo fato de serem mulheres, as escravas e as nativas das terras eram tratadas de forma pior. Durante a obra, Oribela relata algumas situações envolvendo as escravas e as nativas, chegando, inclusive, a ter amizade com uma, chamada Temericô.

Entretanto, mesmo Oribela sendo uma personagem com uma visão um pouco além do seu tempo, sua perspectiva ainda possuía as ideias e valores do seu povo e de sua época, em relação aos nativos e escravos, considerando-os seres de outra categoria, conseqüentemente, de um nível inferior, como podemos ver no trecho a seguir, em que ela é levada pelo marido para acompanhar a chacina de uma aldeia para vingar uns cristãos e um padre que foram devorados pelos nativos. Neste excerto, Oribela se dá conta, pela primeira vez desde que chegou àquelas terras, que os nativos também sofrem: “A pobre Temericô enxergava tudo, parada na mata feito uma pedra, depois de algumas gritas se curvou sobre a barriga e gemeu feito cantasse, uma coisa estranha de se ver. Mandeí assentar ao meu lado, o que ela fez. Não sabia que brasil sente dor.” (MIRANDA, 1996, p. 144).

A protagonista observa nesse trecho como Temericô testemunha de forma dolorosa o seu povo ser assassinado. Oribela não tinha noção, até então que os nativos – identificados pelo nome do país – classificados como selvagens sem alma, possuíam sentimentos e eram, portanto, humanos. Esse pensamento de Oribela reflete os pensamentos do seu povo, tornando-a preconceituosa, assim como eles, mas essa amizade entre portuguesa e a nativa, de certa forma, a ajuda a enxergar esse outro povo a partir de outra perspectiva.

Os valores dominantes são constantemente criticados por Oribela na obra, assim como a situação das nativas e escravas, tratadas de forma pior do que a das portuguesas durante a colonização. Por mais que a narradora-protagonista pertencesse ao povo com a ideologia dominante, indiretamente percebemos críticas a essa ideologia em alguns trechos, como veremos a seguir:

Quem cultivava horta? As naturais. As naturais, as naturais, que neste país os pobres viviam feito fidalgos de até cem escravos, o pobre mais miserável que fosse podia ter três escravos salteados, que os havia feito gravetos pelo mato, quem lhes apanhava as castanhas e lhes ia à lenha, fazia o lume, caçava, cultivava horta? Aqui era mais preciso ter bons olhos do que boas mãos, para ver onde se deitava o marido, se em rede ou cama se deitava as brugas e se as dormia, se as fazia parir, que fosse, mas lhe dar aromas e ouro em atavios, nunca. (MIRANDA, 1996, p. 44).

Nesse trecho, a protagonista novamente critica o fato de os colonizadores, por mais pobres que fossem em Portugal, ao chegar nas terras brasileiras, terem tudo à disposição, inclusive as nativas e os escravos, que sustentavam o seu modo de vida e cuja mão de obra era razão de sua prosperidade. Portanto, mesmo pobres, os portugueses se consideravam superiores, pois, mesmo pobres, abaixo deles havia escravos e nativos. As mulheres, em especial, eram tratadas como objetos que deveriam servir de todas as formas, desde os trabalhos domésticos, no campo, ou até mesmo sexualmente. No trecho seguinte, podemos ter mais uma ideia da condição e do tratamento que as mulheres escravizadas recebiam:

Bares de pimenta do estreito de meca e outras drogas sem que o rei tivesse notícia, corjas de roupas, azeite, vinho, ferramentas, mulheres africanas com algemas nas mãos que não traziam no corpo mais que a pele pregada aos ossos, duas crianças de leite mandadas pelo rei para crescerem línguas conhecedores das falas dos brasilos, tudo veio ao terreiro em carros tangidos por bois e cafres muito arduamente terra acima. (MIRANDA, 1996, p. 38).

Podemos entender no relato de Oribela, primeiramente, o fato de os portugueses comercializasse itens de que nem o rei tinha conhecimento e, secundamente, a situação das mulheres africanas, consideradas uma dentre as mercadorias, feitas prisioneiras, algemadas e colocadas para servir os

colonizadores contra a vontade e longe de sua terra natal. Além disso, há a constatação da condição de extrema magreza da mulher africana, identificando-se, assim, a forma desumana e negligente em que eram tratadas.

No caso específico dos nativos, entre os diversos fatores que faziam com que os portugueses não os considerassem sequer sujeitos com direitos, estão os costumes culturais e religiosos, diferentes dos europeus. Por isso, os nativos eram acusados de “selvagens”, já que suas tradições eram consideradas estranhas, como é o caso, por exemplo, do canibalismo. Isso justificaria, segundo os portugueses, a dominação cultural, linguística e religiosa que impõe a cultura portuguesa aos povos originais das novas terras.

A esse respeito, podemos comparar a primeira impressão de Oribela sobre os nativos, relacionando-a com um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha:

Por meus brios e horrores, não despreguei os olhares das naturais, sem defeitos de natureza que lhes pudessem pôr e os cabelos da cabeça como se forrados de martas, não pude deixar de levar o olhar a suas vergonhas em cima, como embaixo, sabendo ser assim também eu, era como fora eu a desnudada, a ver em um espelho. (MIRANDA, 1996, p. 39).

Agora, analisemos o que está relatado no documento histórico de Pero Vaz de Caminha: “Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha.” (CAMINHA, 1963, p. 4).

Percebemos que a descrição, tanto de Pero Vaz de Caminha quanto de Oribela são semelhantes ao avistar e descrever os nativos, de modo que a obra traz a sua representação fazendo intertexto com o documento histórico. Inclusive, em ambos os textos se evidencia a importância de esconder a nudez por motivos conservadores e religiosos, contrastando com os nativos que, ao contrário dos portugueses, não vestiam nada. Novamente, além de existir essa intertextualidade entre o discurso de Oribela com a carta de Caminha, considerada um documento oficial, as duas vozes irão dialogar entre si – inclusive, os discursos de Oribela estabelecem relação de paráfrase com a carta de Caminha, procedimento constante ao longo da narrativa.

Em resumo, as mulheres que viviam no local recebiam tratamentos diferentes de acordo com sua posição social: as órfãs portuguesas eram tratadas como parideiras; as portuguesas cristãs mais velhas, como dona Urraca e a Velha, eram exiladas por Portugal por serem consideradas pecadoras, mas, segundo os portugueses, ainda eram consideradas melhores do que as nativas e africanas. Além das africanas que foram obrigadas a sair do próprio país para serem escravizadas e das naturais que foram escravizadas no próprio país, por possuírem ideologias e culturas diferentes. Porém, em relação aos homens brancos e europeus, todas as mulheres eram tratadas com inferioridade, até mesmo as cristãs de Portugal, apenas pelo fato de serem mulheres.

A narradora-protagonista Oribela, que está entre as órfãs que foram enviadas com o intuito de serem parideiras, vive uma luta constante pela liberdade, tanto para se livrar do casamento no qual sofria todos os tipos de violências quanto para poder ser o que quisesse. Porém, por ser mulher, a época não lhe permitia o direito de escolher o seu destino, apesar de assim o desejar, como vemos na seguinte citação, em que ela se afirma como um sujeito, em oposição às regras sociais, novamente remetendo aos discursos alheios e aos ditados populares: “Dizia meu pai, que besta tu és e de asas, feito uma galinha que quer avoar e não pode [...]” (MIRANDA, 1996, p. 57). Assim, podemos perceber que o limite estabelecido para a sua liberdade se dá, primeiramente, por ela ser mulher, pelo pai que

limitou o seu desejo de liberdade e, conseqüentemente, pelo Estado e pela Igreja, com suas regras conservadoras, e pelo marido a que passa a “pertencer” depois de casada. Nesse sentido, o destino de qualquer mulher era sempre limitado pelo sistema.

No trecho seguinte, em que Oribela está ainda no barco, avistando as terras brasileiras, ela demonstra o desejo do que gostaria que fosse seu destino em terras brasileiras, desejo que será frustrado assim que chega no novo país:

[...] ter um lugar onde ficar só, sem ver caçarem os peixes, ferroarem seus olhos, rasgarem suas gargantas, pardeus, sem ouvir mais a litania do padre Antolim e suas gritarias para despossuir gente tomada pelo Diabo, as más línguas da Parva amarrada ao pé do condenado, ia eu ter uma cama onde pudesse estirar minhas pernas e sem me acordarem cotovelos alheios, nem o medo, nem o suor, nem as vacas batendo os chifres nas cabernas, será? (MIRANDA, 1996, p. 11).

Nesse trecho, Oribela idealiza uma vida calma, sem tantas regras que limitassem a sua liberdade. Isto porque, a imagem levada das terras brasileiras pelos portugueses era de uma espécie de paraíso, um novo mundo a ser explorado e dominado, com sua natureza paradisíaca. Entretanto, Oribela se depara com um destino contrário a tudo o que ouviu e imaginou, como ela relembra no seguinte trecho, quando foi estuprada por marujos em uma de suas fugas, posteriormente sendo encontrada pelo marido:

[...] a lembrança má dos marujos se servindo de mim, o mouro em fogo avoando sobre minha cama a atentar com sua beleza má, seus olhos de pérolas brancas, nos meus quilates de virtude em que devia exercitar minha vida, afastada da igreja por maldade de um esposo que só queria se adentrar pelo mato a ter para consolação um pé de santa a beijar no oratório, pequena como porcelana. De bom, só restavam as flores do Mendo Curvo e o mel de suas abelhas. E a tanto me agarrava eu, como se fosse um fio de seda que levasse ao mundo, estando eu no desmundo. (MIRANDA, 1996, p. 138).

No trecho, o novo “mundo” que lhe é revelado é classificado como um “desmundo”, isto é, o “des-”, como prefixo de negação, indica um mundo contraditório e contrário tanto ao que lhe foi “prometido” pelos portugueses quanto em relação ao modelo que ela já conhecia, isto é, Portugal, revelando uma desordem de valores sociais, culturais e religiosos. Ou seja, Oribela não reconhece o espaço em que se encontra, tendo dificuldades de reconhecer o seu papel social nesse novo ambiente.

Nesse trecho, além da menção idílica da sua região natal, percebemos também a menção a Ximeno, o “mouro” com quem Oribela tem um relacionamento após uma de suas fugas. Além da convivência com Temericô, os momentos que passa com Ximeno fazem com que a personagem percebesse certas contradições nos relatos dos portugueses. Os “mouros” eram os muçulmanos, que, por seguirem a religião islâmica, eram vistos como pagãos e inimigos dos cristãos, sendo considerados invasores infiéis de terras que, por “direito divino”, seriam cristãs. Além disso, eram negros. Na obra, as características atribuídas aos muçulmanos pela personagem reproduzem os discursos eurocêntricos e cristãos veiculados acerca desse grupo social:

Alma feita em metal frio, cortante de punhais, adagas trucidantes fizeram sua fama, bravos e esquivos, seus sentimentos defendidos por muralhas, que os mouros penduravam pelos pés seus prisioneiros e lanceavam seus corações, de correr muito sangue pelos pátios floridos em suas almedinas e ladrões de tudo, de dar suas filhas a Mafoma, seus dentes e olhos, causadores de mortíferos duelos, com seus gritos em voz fina, gente que comia o barro do chão para refrescar a pele, gente que nunca se rendia e preferia morrer de feridas, com muito amor pela guerra e todos os defeitos da brutalidade e que ganhavam as coisas com a espada, vira eu havia pouco, travadores de grandes tagarelices com suas fêmeas e as alheias [...] (MIRANDA, p. 31).

Nesse discurso da narradora, percebemos o discurso ideológico dos portugueses que caracteriza os muçulmanos como portadores de “todos os defeitos”, os quais são elencados de maneira exagerada

e estereotipada. No entanto, Oribela, durante a última fuga, desmaia e é salva por Ximeno, que a esconde temporariamente de Francisco de Albuquerque. *A priori*, Oribela teme o “mouro” e se mostra resoluta em relação ao caráter e as intenções de Ximeno, por ter escutado narrativas das “barbaridades” causadas pelos muçulmanos, segundo as versões da história trazidas pelos navegadores e colonizadores portugueses, que viviam em guerra contra eles. No entanto, com a convivência direta com Ximeno, sua postura se modifica.

De acordo com Pires (2002, p. 39): “Tudo o que me diz respeito vem-me do mundo exterior por meio da palavra do outro. Todo enunciado é apenas um elo de uma cadeia infinita de enunciados, um ponto de encontro de opiniões e visões de mundo [...]”. A relação entre Ximeno e Oribela é mediada por enunciados anteriores, de modo que, nos diálogos proferidos por eles, o embate ideológico se mostra de forma mais explícita, pois percebemos seus valores e visão de mundo sendo debatidos e expostos. Assim, se em um primeiro momento a protagonista demonstra medo e reproduz as ideologias do seu povo sobre os muçulmanos, inclusive chamando-o de infiel, aos poucos, ela vai conhecendo e percebendo outro lado de Ximeno, o qual contraria as histórias que havia ouvido, tanto que ela acaba se relacionando amorosa e sexualmente com ele, com quem, ao fim, tem um filho.

#### 4 Considerações finais

Neste artigo, foi feita uma problematização em relação à Literatura e à História, contestando o estatuto de verdade dos discursos oficiais a partir da obra **Desmundo** (1996), que, por se caracterizar como uma metaficção historiográfica, traz uma nova perspectiva sobre a colonização no Brasil a partir de um viés crítico e de uma releitura desse acontecimento histórico. Para isso, o romance utiliza uma narradora marginalizada para mostrar uma perspectiva divergente da história considerada oficial, liderada pela ideologia dominante e europeia. Nesse sentido, os discursos da narradora-protagonista Oribela ora reproduzem, ora entram em embate com os discursos oficiais, constituindo uma intertextualidade com os enunciados históricos, além de representarem outras vozes ideológicas, fato que edifica a sua própria narração.

#### Referências

- BAKHTIN, M.M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- CAMINHA, Pero Vaz de. A Carta, de Pero Vaz de Caminha. In: CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel**. Dominus: São Paulo, 1963.
- ESTEVES, Antônio, R. **O romance histórico brasileiro contemporâneo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.
- KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MIRANDA, Ana. **Desmundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico: Os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019. *E-book*.

PIRES, Vera Lúcia. Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin. **Organon Revista do Instituto de Letras da UFRGS**, v. 16, n. 32-33, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29782/18403>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

SANTOS, Karla Vivianne Oliveira. Mulheres no Brasil colonial: metaficção, violência e subalternidade em Desmundo, de Ana Miranda. **Revista MEMENTO** –Departamento de Letras – UNINCOR, 2019.